

Brasil será o último grande devedor a negociar

BETH CATALDO

BRASÍLIA — Dos cinco países mais endividados do mundo, o Brasil — justamente o campeão mundial de endividamento externo — é o único que ainda não iniciou sequer a negociar com seus credores. No último balanço disponível no Governo, é possível saber que México, Argentina, Venezuela e Filipinas — os outros componentes do quinteto — conseguiram, em diferentes níveis, acordos de reescalonamento de seus débitos externos, com novos prazos e taxas de juros, e até recebimento de dinheiro novo.

O acordo negociado pelo México é o que mais chama atenção, pelo próprio porte de dívida externa do País — US\$ 107 bilhões — o único capaz de rivalizar com o endividamento brasileiro, de US\$ 111 bilhões.

O Governo mexicano conseguiu garantir taxas de risco (**spread**) da ordem de 0,8125 por cento, substancialmente inferior à taxa de 1,125 por cento que foi paga pelo Brasil no decorrer do ano passado. Aplicada à parcela da dívida brasileira atingida pela suspensão do pagamento de juros — US\$ 59 bilhões — o **spread** concedido ao México significaria uma economia de US\$ 184 milhões nas despesas anuais brasileiras com juros.

Esses dados reforçam a convicção do Governo de que a primeira estratégia posta em prática pelos credores brasileiros é a de forçar o País ao isolamento em seu gesto de declaração de moratória, ao mesmo tempo em que aguardam os efeitos da lenta sangria de divisas que o País vem experimentando a partir da decisão do Presidente Sarney. No Palácio do Planalto, o nível das reservas cambiais do País é acompanhado atentamente, na certeza de que seus números é que decidirão o poder de resistência das posições brasileiras na mesa de negociação.

A curto prazo, a principal arma brasileira expira num período de três meses, a contar da data de 20 de fevereiro, quando o País suspendeu o pagamento de juros da dívida de médio e longo prazo junto aos bancos privados internacionais. Vencido esse prazo, os bancos credores são obrigados a lançar os créditos concedidos ao Brasil na conta de inadimplência em seus balanços — uma decisão de sabor amargo para seus acionistas.

O Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, em seu "périplo tricontinental", como chamou o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, não deixou de lembrar a repercussão da suspensão de pagamentos de juros aos interlocutores com quem cruzou, ao mesmo tempo em que colheu magras adesões à posição brasileira.

"Ninguém esperava que eles colocassem bandeirinhas nos aeroportos



para receber o Ministro Funaro" — consola-se o Senador Severo Gomes (PMDB-SP), um dos mais ardentes defensores da moratória.

"Não temos pressa. Eles é que têm de correr agora" — confia o Senador. Severo Gomes acrescenta, ainda, a convicção de que a moratória brasileira é decisiva para a implantação de uma nova ordem econômica internacional, uma das bandeiras de seu partido.

Outro defensor ativo da moratória dentro do PMDB, o Deputado Fernando Gasparian, de São Paulo, nota com preocupação os sinais de isolamento do Brasil no contexto internacional. Gasparian tem se dedicado a analisar a viabilidade de promover, nos próximos dias, um encontro de âmbito Internacional, sediado pelo Brasil, capaz de dar ressonância às posições brasileiras, com convidados escolhidos a dedo entre os expoentes da social democracia européia.

Num ângulo mais pragmático, uma fonte importante no Ministério do Governo Sarney, lembra as agruras que o Governo Alfonsín (Argentina) enfrentou em seu começo de mandato, quando também anunciou a suspensão temporária de pagamento da dívida de seu País. Aquela altura, ainda instalado o Governo Figueiredo, o Brasil cuidou de minar as posições argentinas, procurando extrair junto aos credores estrangeiros benefícios imediatos aos interesses brasileiros.

A reticência argentina frente à atitude agora adotada pelo Governo Sarney explica-se, segundo a mesma fonte, justamente pelos fatos desse passado ainda recente. "Os argentinos estão escaldados com o Brasil" — interpreta.

O Ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, escaldado, por sua vez, em duras negociações com o Governo dos Estados Unidos em tor-

no da política de informática adotada pelo País, confia em que os aliados potenciais da moratória brasileira acabarão por materializar sua solidariedade ao Brasil.

— O gesto brasileiro é que melhorou os acordos que vêm sendo concluídos por outros países devedores — justifica o Ministro.

O professor Luciano Coutinho, Secretário-Geral do mesmo Ministério da Ciência e Tecnologia, trata, inclusive, de colocar um divisor de águas entre a questão da informática e a moratória.

Coutinho não acredita que novas retaliações à Lei de Informática possam surgir em função da suspensão dos pagamentos aos credores brasileiros, uma interferência que seria repelida, ele prevê pelos próprios bancos internacionais.

Em meio à avalanche de preocupações com os desdobramentos extensos da declaração de moratória, sobram problemas também no campo político no front interno. Os interlocutores do PMDB e do PFL, os dois partidos que dão apoio Presidente da República, são unânimes em reconhecer que o Governo não conseguiu, até agora, romper a barreira da apatia interna da opinião pública em relação à moratória.

"O eleitor está mais preocupado com a taxa de juros do crédito agrícola do que com as negociações junto ao Citibank em Nova York" — analisa o Senador Carlos Cuiarelli. O líder do PFL no Senado acredita que uma contribuição importante para dar ressonância à decisão brasileira, no plano interno, seja a criação de uma comissão especial de Senadores de todos os partidos para acompanhar e discutir o processo de moratória.

A comissão deverá ser votada, em regime de urgência, na próxima quarta-feira, e, a partir daí, poderá concretizar-se um canal de discussão sobre o assunto no Congresso Nacional, até agora uma caixa de ressonância quase inaudível sobre as implicações da moratória.

Dentro do PMDB, o Senador Severo Gomes também promete acender mais luzes sobre a questão entre os parlamentares.